

Apresentação

Com grande satisfação estamos apresentando mais uma edição da revista *Desenvolvimento em Questão*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) que, em seu número 21, referente ao quadrimestre setembro-dezembro de 2012, aborda questões relacionadas à Gestão Social como temática especial. Lembramos novamente que, a partir da edição de número 18, a revista passou a ser publicada apenas em formato eletrônico a partir do Serviço de Editoração Eletrônica de Revistas – SEER/OJS, com ISSN 2237-6453, que substitui e dá sequência à versão impressa, com ISSN 1678-4855.

Ao disponibilizá-la aos colaboradores diretos (autores, avaliadores e membros do Conselho Editorial), programas e instituições parceiras, bem como ao público que a acessa livremente no portal eletrônico da Revista ou pelos portais de indexação da *Redalyc* e da *Latindex* ou ainda nos diretórios Revistas no SEER e Portal de Periódicos da Capes, reforçamos o compromisso da Revista em estimular o debate, a reflexão e a socialização de conhecimentos relacionados ao tema do desenvolvimento.

Para abordar o tema especial Gestão Social de que trata esta edição de número 21, o Comitê Editorial da revista buscou uma parceria com a equipe responsável pela execução do projeto *Gestão Social: ensino, pesquisa e prática*, apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e executado pelo Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs), da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O referido projeto conta com o envolvimento de pesquisadores de várias instituições acadêmicas do país e é coordenado pelo professor Fernando Guilherme Tenório.

Os primeiros contatos entre a coordenação do Pegs e o Comitê Editorial da revista foram iniciados no final de 2011 e a parceria foi selada em abril de 2012, durante encontro do Programa sediado na Unijuí. Convencionou-se então que cada instituição participante do projeto *Gestão Social* poderia submeter até dois trabalhos para serem avaliados para compor a edição. O processo de avaliação pelos pares cega foi estruturado pela coordenação do Pegs, sob a supervisão do editor da Revista. Somente os oito melhores trabalhos, depois de terem incorporado as sugestões contidas nos pareceres dos dois avaliadores designados, foram submetidos no portal da Revista.

Para a Revista a parceria oportuniza a possibilidade de brindar o público usuário com reflexões de um dos grupos de pesquisa mais qualificados do país em termos de discussões em âmbito teórico e metodológico em torno do tema Gestão Social, além de acompanhar, de forma sistemática, experiências relacionadas ao tema em distintas regiões do país. Para a equipe do Pegs a parceria representa mais uma oportunidade para apresentar à comunidade brasileira os resultados até agora obtidos pelo projeto, quer do ponto de vista conceitual quer de práticas alinhadas com o significado de gestão social.

No início dos anos 90, quando o Pegs procurou identificar conceitualmente o significado de gestão social, o balizamento de tal conceito se restringia principalmente à gestão de políticas públicas compensatórias, percepção coerente com a hegemonia do pensamento econômico então denominado de neoliberal. Apesar disso e desde o seu início como programa de pesquisa da Ebape, o Pegs procurou entender a concepção de gestão social como um processo gerencial articulador dos diversos atores de dado sistema e/ou espaço social, podendo tal articulação ocorrer tanto sob a relação social no interior das organizações quanto por meio da interação de diferentes atores de uma dada comunidade, região ou território. Os procedimentos de uma gestão coordenada entre atores, neste sentido, não seria privilégio de nenhum ente ou personalidade em particular, tampouco de especificidades como gestão de políticas públicas sociais, gestão de instituições assistencialistas ou do terceiro setor etc., mas um processo gerencial inclusivo dos distintos atores

que, de forma direta ou indireta, compõe determinada demanda. Ou seja, a democratização das relações sociais na busca do bem comum, de uma atitude republicana, é o que interessa no significado de gestão social advogado pelo Programa e é desse modo que esperamos que os leitores encontrem, neste conjunto de textos que compõe a presente edição da Revista *Desenvolvimento em Questão*, perspectivas que denotem as contradições que impedem uma gestão compartilhada bem como experiências que apontem na direção de uma gestão dialógica, democrática. Desse modo, os textos a seguir nominados comporão uma expectativa de publicações que tem como norte o ano de 2014, quando então termina o projeto supracitado.

O primeiro trabalho, que tem por título *Acesso à informação e ação comunicativa: novo trunfo para a gestão social*, Fabiano Angélico e Marco Antonio Carvalho Teixeira tratam do acesso à informação e da transparência como instrumentos de democratização, tendo por objetivo discutir o acesso a informações públicas, disciplinado no Brasil pela lei 12.572/2011, articulado com o conceito de Gestão Social e iluminado pela teoria habermasiana da ação comunicativa, na medida em que possibilita a redução da assimetria informacional entre governantes e governados, criando condições para um diálogo mais franco e menos desigual nas relações entre governos e movimentos sociais e governo e indivíduos em torno de políticas públicas e atividades reguladas pelo Estado.

No segundo trabalho, intitulado *APLs e Desenvolvimento Territorial: um Estudo sobre o Programa Território da Cidadania Norte do Rio de Janeiro*, Thais Soares Kronemberger, Lamounier Erthal Villela e Felipe Barbosa Zani analisam as implicações do Arranjo Produtivo Local de petróleo do Norte Fluminense sobre a governança regional e, mais especificamente, dos impactos deste APL sobre o processo de formação do Território da Cidadania Norte-RJ, partindo do pressuposto de que a distribuição desigual dos benefícios proporcionados pela cadeia produtiva do petróleo compromete a política de desenvolvimento territorial, sobretudo quanto à delimitação dos territórios, o que traria consequências para a prática da gestão social.

Na sequência, o artigo *Economia Solidária e Desenvolvimento Local: A Prática dos Empreendimentos Econômicos Solidários na Região do Cariri Cearense*, de Amanda Cristina Medeiros e Eduardo Vivian da Cunha, foi desenvolvido por meio de pesquisa descritiva, com abordagem preponderantemente quantitativa, por meio do uso da estatística descritiva. À luz da interpretação dos dados coletados percebeu-se que os empreendimentos da região têm aplicado, de forma parcial e gradativa, concepções que poderiam ser classificadas como “contra-hegemônicas”, ou alternativas, em termos de participação comunitária, autogestão e formação de redes de cooperação.

O artigo *A Gestão Social no Território da Cidadania Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul*, de Cristiele Tomm Deckert, Sérgio Luís Allebrandt e Jorge Oneide Sausen, apresentam reflexões sobre a dinâmica de funcionamento do Programa Territórios da Cidadania (PTC), em especial de seu Colegiado Deliberativo, com base no estudo de caso do Território da Cidadania Noroeste Colonial do RS (TC-Norc). Com o intuito de identificar e analisar a efetividade da gestão social com cidadania deliberativa neste território, a pesquisa utilizou as seguintes categorias de análise: configuração do poder do colegiado, autonomia e efetividade da cidadania.

No artigo *Crescimento Econômico versus Gestão Social e Desenvolvimento Territorial Sustentável – Análise dos Impactos de Megaempreendimentos nos Municípios de Macaé-RJ, e de Itaguaí-RJ* Lamounier Erthal Villela, Cezar Augusto Miranda Guedes, Jeferson Simões Santana e Eduardo de Belford R. de Britto comparam os acelerados processos de crescimento econômico motivados por megaempreendimentos nos municípios de Macaé e de Itaguaí, ambos localizados no litoral do Estado do Rio de Janeiro, sob a ótica dos modelos participativos deliberativos e do arcabouço teórico do Desenvolvimento Territorial Sustentável, a fim de construir uma análise crítica de como se deu estes processos e como poderiam ter sido pautados nos princípios democráticos da coesão social, da valorização da identidade local e da territorialidade.

Tais processos, ainda que defasados no tempo, não significaram melhoria nos indicadores de desenvolvimento socioeconômico e ambiental e sim um processo de crescimento desordenado dos referidos municípios.

Os Conselhos Municipais de Políticas Públicas sob o Olhar da Comunidade: uma Experiência de Extensão Universitária é o artigo de Thais Soares Kronemberger, Fernando Guilherme Tenório, Anderson Felisberto Dias e Ana Clara Barros. Partindo da relação entre gestão social e extensão universitária em uma perspectiva freiriana, os autores analisam uma iniciativa de extensão enquanto um instrumento para a conscientização da comunidade acerca da importância da participação, bem como para a percepção dos entraves inerentes ao funcionamento dos conselhos municipais de políticas públicas. Esta relação requer que a busca de ideal emancipatório seja direcionada por princípios de liberdade e autonomia do indivíduo, bem como da criticidade dos assuntos abordados. Parte-se do pressuposto de que a mobilização e a qualificação da participação da sociedade civil no interior dos conselhos constituem ações potenciais para o fortalecimento democrático destas instâncias.

No artigo *Reflexões sobre a prática educativo-crítica, gestão social e educação a distância: o caso do PNAP em Santa Catarina*, Carlos Eduardo Justen, Luís Moretto Neto e Samuel Felipe analisam a experiência do curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a partir de um seminário temático sobre Gestão Social ofertado, em 2011, em seis polos da UFSC no Estado de Santa Catarina, buscando caracterizar a congruência da concepção de educação desenvolvida e da possível formação profissional decorrente com a abordagem da gestão social.

O último artigo, denominado *Desempenho na Gestão Pública do Programa Bolsa Família sob a Perspectiva de Análise do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)*, de autoria de Ambrozina de Abreu Pereira Silva, Marco Aurélio Marques Ferreira e Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro, mostra a aplicação do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que pode ser considerado,

simultaneamente, uma ferramenta de monitoramento do desempenho dos municípios e um instrumento de incentivo financeiro à boa gestão local do programa. As abordagens teóricas utilizadas basearam-se na execução e descentralização de políticas públicas.

Além destes oito artigos a edição ainda contempla três resenhas de títulos já publicados pelo projeto Pro.-Adm./Capes, quais sejam: Cadernos Ebape.br – *Gestão social, ensino, pesquisa e prática* (2011), resenhado por Airton Cardoso Cançado e Fernando Guilherme Tenório; *Gestão social aspectos teóricos e aplicações* (2012), resenhado por Airton Cardoso Cançado e Jeová Torres Silva Jr; e *Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise* (2012), vol. 1, obra resenhada por Airton Cardoso Cançado.

Na expectativa de que estes trabalhos possam despertar a curiosidade e satisfazer as expectativas dos leitores, a revista *Desenvolvimento em Questão* agradece a todos os que colaboraram para esta edição – autores, avaliadores, revisores, membros do Conselho Editorial e, de maneira especial, os integrantes da coordenação do Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs) – ao mesmo tempo em que se coloca à disposição para receber novas contribuições que se proponham a alimentar o debate, tanto no sentido de reforçar ideias, responder criticamente posicionamentos teórico-metodológicos empregados pelos nossos colaboradores para analisar processos ou situações de desenvolvimento, quanto para agregar novos temas, conceitos ou abordagens que contribuam para alargar e fazer avançar as reflexões em torno da temática do desenvolvimento.

David Basso

Editor

Fernando Guilherme Tenório

Coordenador do PEGS
Coordenador do PRÓ-ADM/Capes